

O título já nos indica o tema central que ele trata no artigo. De fato, o autor nos apresenta uma série de aspectos e reflexões que demonstram tal dificuldade. Mas o que seria uma teoria crítica? Por teoria crítica, Boaventura de Sousa Santos entende “toda a teoria que não reduz a realidade ao que existe” e, portanto, a realidade é compreendida como um *campo de possibilidades*. O papel da teoria crítica é neste sentido, *definir e avaliar* a natureza e a esfera das possibilidades que envolvem a realidade. Realizar uma análise crítica do que está posto empiricamente toma como base a conjectura de que a “existência não esgota as possibilidades da existência” (p.197) e, por este motivo existem outras possibilidades de se superar o que é *críticoável*.

Para tanto, a força que nos mobiliza a refletir sobre as possibilidades e alternativas de existência é o desconforto mediante a própria realidade. Ou seja, o desconforto, o inconformismo e a indignação é o que nos impulsiona a teorizar sobre a superação do críticoável.

Mas, se não faltam nas conjunturas atuais, questões que provocam desconfortos e questionamentos, fatos estes que geram inconformismo mediante a realidade posta, porque a reflexão do autor sobre as dificuldades de se produzir uma “teoria crítica” ?

De fato, parece não serem poucas as questões inquietantes que nos impactam hoje em dia. Segundo o autor, basta analisar se as promessas geridas pela modernidade estão dando conta de serem cumpridas ou se, o seu cumprimento (ou descumprimento) gerou “efeitos perversos”.

Sobre tais promessas, ponderar sobre a de igualdade. Há igualdade? Os países capitalistas avançados, por exemplo, somam apenas 21% da população mundial, no entanto, controlam 78% da produção mundial de bens e serviço. Dentro desta porcentagem, existe ainda outro dado indignante: consomem 75% da energia que é produzida. Estes números ilustram o que é a igualdade na conjuntura atual. Outro exemplo que ilustra a realidade mundial é: os trabalhadores do Terceiro Mundo, no setor têxtil, por exemplo, ganham vinte vezes menos que os trabalhadores da Europa e da América do Norte, realizando as mesmas tarefas com semelhante produtividade.

Já sobre a promessa de liberdade proclamada pela modernidade, o não cumprimento dos direitos humanos em países “vivendo formalmente em paz e democracia” adquirem avassaladoras dimensões. São quinze milhões de crianças trabalhando em regime de cativo na Índia. Violência sexual contra as mulheres,

prostituição infantil, meninos e meninas que moram nas ruas, portadores de HIV ou os homossexuais, limpezas étnicas e chauvinismo religioso, são exemplos de manifestações da *diáspora da liberdade* que Boaventura de Sousa Santos nos aponta. A modernidade tem o poder de nos convencer que certos aspectos da realidade e da própria existência são verdades absolutas, portanto, não devem ser discutidas. Uma análise crítica destes fenômenos se faz urgente.

Sobre a promessa de paz, o autor indica no século atual morreram em média 99 milhões de pessoas em 237 guerras. E por fim, sobre a promessa da “dominação da natureza”. Esta se cumpre, mas com tamanha perversidade que é difícil compreender: como é possível? Há instalada no mundo hoje, uma verdadeira crise ecológica. Para ilustrar a perversidade disseminada pelo mundo, no que diz respeito aos aspectos da natureza, podemos ponderar sobre os últimos 50 anos: o planeta Terra perdeu pelo menos um terço da sua área de florestas. Empresas multinacionais possuem um direito de abater pelo menos 12 milhões de hectares da floresta amazônica. E pra que? É uma pergunta que não quer calar. Outro aspecto perverso é que: pelo menos um quinto da humanidade não tem disponível água potável nos dias de hoje.

Estes apontamentos ilustram que, de fato, existem inúmeros problemas a serem criticados na realidade atual. Tais problemas causam indignação e nos mobiliza a “interrogarmo-nos criticamente sobre a natureza e a qualidade moral da nossa sociedade e a buscarmos alternativas teoricamente fundadas nas respostas que dermos a tais interrogações” (p.199). Tais interrogações estão constantemente presentes na base da teoria crítica moderna, portanto, a realidade exige uma teorização; quando não aceitamos que a realidade é um campo de possibilidades, reduzimo-la.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, foi Max Horkheimer foi quem definiu, “melhor do que ninguém”, tal teoria. Para o autor em questão a teoria crítica moderna é fundamentalmente constituída epistemologicamente na “necessidade de superar o dualismo burguês entre o cientista individual produtor autónomo de conhecimento e a totalidade da actividade social que o rodeia” (p.199). Para Horkheimer a *irracionalidade estabelecida na sociedade moderna* está justamente no fato dela ser fruto de “uma vontade particular” e não uma vontade coletiva. A luta por objetivos emancipatórios, portanto, faz, para ele, parte da teoria crítica que reclama por uma transformação global da sociedade.

Contudo, Santos identifica no artigo alguns aspectos que caracterizam a dificuldade em se construir uma teoria crítica nos moldes pensados por Horkheimer, pois para ele, a *teoria crítica moderna* compreende a sociedade como “totalidade” e, como tal, propõe uma alternativa total à sociedade que existe” (p.201). Neste sentido, o “conhecimento totalizante” é um conhecimento de ordenação sobre o caos.

Santos discorda deste caminho por entender que a diversidade e complexidade existente no momento contemporâneo, não converge para a possibilidade de uma única *alternativa total*. Para ele, a diferença que existe entre a sociologia funcionalista e a sociologia crítica, de fato, *crítica* é que, a funcionalista tem como intenção a *ordem da regulação social*. Já uma sociologia, de fato, *crítica* tem como foco a *emancipação social*. As dificuldades, aponta o autor, residem no fato de estarmos, atualmente, diante de uma desordem “tanto da regulação social como da emancipação social”.

Atualmente vivemos numa realidade multicultural e, no entanto, a sociologia disciplinar tem ignorado este importante aspecto da nossa existência, embora, as reflexões em torno do multiculturalismo venham ganhando força nos estudos culturais, lugares estes onde se produz conhecimento crítico, feminista, anti-sexista, anti-racista e pós-colonial.

Santos nos adverte que precisamos de uma *teoria de tradução* que possibilite o diálogo entre lutas distintas e, que permita assim, uma discussão sobre as opressões que combatem e os anseios que mobilizam as distintas formas de existência. Dentre vários aspectos pontuados sobre fatores que dificultam a construção de uma teoria crítica, o autor indica que a crise da teoria moderna “arrastou consigo uma crise da distinção icônica e os mesmos ícones híbridos constituídos ecleticamente com elementos de diferentes campos” (p.203). A dificuldade em identificar os campos incide numa imprecisão do inimigo ou adversário e aqueles que querem tomar algum partido sentem dificuldade em identificar os campos em que poderiam tomar partido.

Em suma, as dificuldades que existem na construção de uma teoria crítica hoje, consistem em diversos aspectos. Primeiramente trata-se do não cumprimento das promessas da modernidade, que acabaram por se transformar em problemas que aparentam não ter solução. Contudo, os desdobramentos que acarretaram numa crise da teoria crítica moderna não se transformaram em possíveis condições para a sua superação. Como afirma Boaventura de Sousa Santos, “enfrentamos problemas modernos para os quais não há soluções modernas” (p.204).

Para Santos, as contribuições de Foucault foram uma das últimas amplas tentativas de se realizar uma teoria crítica moderna, embora Santos o considere um crítico moderno e não pós-moderno (no sentido de não apresentar soluções para os problemas gerados Modernidade), pois para Santos, Foucault não vê saída emancipatória dentro de um *regime de verdade*, uma vez que a resistência vira, por si mesma, um poder disciplinador, deste modo, uma opressão permitida e legitimada porque interiorizada. Santos considera, contudo, que o mérito de Foucault reside em ter “mostrado as opacidades e os silêncios produzidos pela ciência moderna, conferindo credibilidade à busca de ‘regimes de verdade’ alternativos, outras formas de conhecer marginalizadas, suprimidas e desacreditadas pela ciência moderna” (p.201).

Um dos pontos principais que Santos indica como “fraqueza” da teoria crítica moderna diz respeito ao não reconhecimento de que a razão que pondera e tece as críticas, não deve ser igual à razão que *pensa, constrói e legitima* as questões que devem ser criticadas. Portanto, não existe um conhecimento geral e também não existe uma ignorância em geral. “O que ignoramos é sempre a ignorância de uma certa forma de conhecimento e, vice-versa, o que conhecemos é sempre o conhecimento em relação a uma certa forma de ignorância” (p.205).

Podemos diferenciar no projeto de modernidade duas formas de conhecimento, a primeira é o *conhecimento-regulação*: que compreende a ignorância como *caos* e, o saber como *ordem*. E o *conhecimento-emancipação*: o qual entende a ignorância como *colonialismo*, e o saber é compreendido como *solidariedade*.

Ambos os conhecimentos estão presentes na matriz da modernidade eurocêntrica, no entanto, o conhecimento-regulação domina completamente o conhecimento-emancipação. Este fato é resultado da forma como a ciência moderna se instituiu como verdade, tornando-se o conhecimento hegemônico. Neste sentido, ao “negligenciar a crítica epistemológica da ciência moderna, a teoria crítica moderna, apesar de pretender ser uma forma de conhecimento-emancipação, acabou por se converter em conhecimento-regulação” (p.205).

A solidariedade é uma forma de conhecimento que é possível por meio do reconhecimento do outro, deste modo, o outro é reconhecido como produtor de

conhecimento, o que Santos designa de *conhecimento-reconhecimento*. Para o autor, se faz necessário um “pensamento alternativo de alternativas”.

Existem três implicações sobre a opção das ciências sociais e da sociologia, pelo conhecimento-emancipação. A primeira implicação diz respeito ao *monoculturalismo para o multiculturalismo*. Ou seja, o conhecimento-emancipação tem por excelência uma “vocalização multicultural”, no entanto, existem duas dificuldades: o *silêncio* e a *indiferença*. A ciência moderna e o conhecimento-regulação gerou uma produção de silêncios, são saberes desconsiderados, principalmente os que fazem parte dos povos colonizados. Para tanto, Santos sugere uma *sociologia das ausências*, que “proceda pela comparação entre os discursos disponíveis, hegemônicos e contra-hegemônicos, e pela análise das hierarquias entre eles e dos vazios que tais hierarquias produzem” (p.206).

A segunda implicação do conhecimento-emancipação é assim formulada pelo autor: *da peritagem heroica ao conhecimento edificante*. Que diz respeito ao heroísmo técnico atribuído ao cientista, que, quando descontextualizado, é compreendido como conhecimento absoluto. Neste sentido, as ciências sociais críticas “têm, pois, de refundar uma das reivindicações originais da teoria crítica moderna: a distinção entre *objectividade e neutralidade*” (p.207). O papel do cientista social, realmente, crítico é maximizar a *objectividade* de modo a minimizar a *neutralidade*. Boaventura de Sousa Santos considera que,

A teoria crítica pós-moderna parte do pressuposto de que o conhecimento é sempre contextualizado pelas condições que o tornam possível e de que ele só progride na medida em que transforma em sentido progressista essas condições. Daí que seja um conhecimento prudente, finito, que mantém a escala das acções tanto quanto possível ao nível da escala das consequências. (p.208).

E por fim, sobre a terceira implicação, Santos formula da seguinte forma: *da ação conformista à ação rebelde*. Para ele, a teoria crítica moderna bem como a sociologia convencional, acabou por focar na dicotomia estrutura/acção e, foi sobre tal dicotomia que constituiu seus “quadros analíticos e teóricos”. Sinalizando este aspecto, encontramos a dicotomia determinismo/contingência. Contudo, para a teoria crítica pós-moderna (no sentido do esforço de produzir soluções alternativas às alternativas produzidas pela Modernidade) , é importante centrar numa dualidade distinta da determinação/contingência e estrutura/acção. O autor propõe então, a dualidade entre *ação conformista e a ação rebelde*.

Consiste aqui um dos maiores objetivos da teoria crítica pós-moderna, uma reconstrução da ideia/prática da transformação social emancipatória. Logo, a construção social da rebeldia e de subjetividades inconformistas capazes de mobilizar uma indignação é um processo social contextualizado.

O autor nos aponta que a conjuntura do início do milênio desdobra três grandes desafios para a construção social da rebeldia. O primeiro desafio é a discrepância entre as *experiências e expectativas*. O segundo desafio diz respeito à dicotomia *consenso/resignação*. E por fim, o último desafio trata-se da dicotomia *espera/esperança*.

Para Santos, a “[...] criação de redes translocais entre alternativas locais é uma forma de globalização contra hegemónica – a nova face do cosmopolitismo” (p.213). O papel da teoria crítica é, portanto, tornar as alternativas e as formas de existências conhecidas para além dos locais, e criar por intermédio da teoria de tradução, inteligibilidades e cumplicidades recíprocas entre distintas alternativas e, em locais diferentes.